

EDITORIAL

Sueli Barbosa de Abreu(1)

Com a proximidade do ano 2000 estamos envolvidos num turbilhão de mudanças de amplitude nunca dantes imaginada. A perplexidade está na concatenação mundial entre os conflitos e as soluções encontradas em cada nação, numa cadeia inquebrantável de interdependência. As questões de um país ganham contornos mundiais, e hoje o grande desafio é saber como fica este Estado tão integrado e tão universalizado diante da tarefa de conduzir o destino do seu povo. A discussão atual centra-se, principalmente, na definição de com quem o Estado tão integrado e tão universalizado diante da tarefa de conduzir o destino do seu povo. A discussão atual centra-se, principalmente, na definição de com quem o Estado pode ou deve contar para satisfazer os anseios e os interesses de uma sociedade contraditória e complexa como é a nossa. Não importando o modelo de Estado a ser adotado, e sim quem serão os possíveis protagonistas que atuarão no atendimento dos paradigmas do Estado Democrático de Direito. A Escola do Legislativo da Assembléia de Minas, espaço permanente de reflexão, encontra-se engajada neste momento de discussão e apresenta o nº 6 dos Cadernos da Escola do Legislativo com temas que uma vez mais instigam ao debate. Com um enfoque muito próprio, os colaboradores de mais um exemplar dos Cadernos dão a dimensão da importância que o Poder Legislativo mineiro atribui à discussão teórica e científica, permitindo a apresentação da diversidade de aspectos que envolvem os assuntos atuais.

Além de temas que se inserem num contexto de discussão mais amplo, como os abordados nos artigos dos professores Milton Santos, Paul Singer e Silviano Santiago, questões próprias do Legislativo continuam merecendo a especial atenção da equipe editorial. O texto do professor Slimane Lakrouf apresenta a forma como o procedimento de emenda no processo legislativo francês vem sendo conduzido e estudado, sempre na busca do aprimoramento da atividade parlamentar. A análise jurídica da emenda e os caminhos e restrições do direito de emenda interessam aos legislativos, que têm neste instituto uma forma relevante de participação no processo legislativo. No âmbito histórico, dando continuidade às discussões, no Legislativo, sobre a transferência da capital para Belo Horizonte, recortes da época são trazidos para acompanhar o rico episódio político que envolveu a escolha da sede do Governo de Minas. É preciso salientar que esta e outras publicações fazem parte de um programa maior de atividades da Escola, que inclui teleconferências, audiências públicas, debates, o projeto nova gestão, o programa de educação para a cidadania, fóruns técnicos, diversos cursos, no seu programa de formação permanente, e a partir deste ano o curso de Especialização em Assessoria Técnico-Legislativa Avançada.

Ao leitor que vem acompanhando os trabalhos desenvolvidos por esta Escola e a edição periódica desses Cadernos, agradecemos o incentivo, que vem reforçar a

certeza de que devemos sempre mais contribuir para a difusão do conhecimento e o despertar da consciência em Minas e no Brasil.